

Desinformação: análise do caso da CPI do MST de 2023 em Alagoas¹

Lara CAVALCANTI²

Universidade Federal de Alagoas

Resumo

O presente texto parte de um estudo exploratório das dinâmicas de desinformação que incidiram sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo de Alagoas no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, em 2023. O objetivo é compreender como narrativas distorcidas foram mobilizadas para criminalizar o movimento social e fragilizar a legitimidade do poder público estadual, destacando os desafios à integridade informacional em cenários de disputa simbólica. A investigação, de caráter qualitativo, ancora-se em referenciais sobre mediação profunda, infocracia digital, desinformação e comunicação popular, propondo uma análise crítica do caso como recorte inicial de pesquisa.

Palavras-chave

Desinformação; Comunicação Popular; MST; Alagoas

Introdução

O avanço das tecnologias digitais intensificou a circulação de informações e desinformações em grande escala, impondo novos desafios à comunicação dos movimentos sociais. No Brasil, esse cenário se evidenciou em 2023, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CPI do MST) produziu ampla repercussão midiática e tornou-se um campo fértil para narrativas distorcidas que associavam o movimento a práticas ilegítimas. Em Alagoas, veículos nacionais e regionais afirmaram em suas manchetes que o governo estadual financiava irregularmente as atividades do MST, enquanto figuras públicas amplificavam essas acusações nas redes sociais e mídias alternativas denunciavam a tentativa de criminalização dos movimentos do campo.

Essa controvérsia revela como a desinformação opera não apenas como instrumento de ataque político, mas também como mecanismo de disputa simbólica sobre a legitimidade das

¹ Trabalho apresentado no GP3: Comunicação digital, tecnologias, dados e IA, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Alagoas (PGCOM-UFAL). E-mail: lara.cavalcanti@fale.ufal.br

lutas sociais e das políticas públicas relacionadas à reforma agrária. Diante disso, este trabalho toma o episódio da CPI do MST em Alagoas como recorte empírico para compreender como narrativas distorcidas foram mobilizadas para criminalizar o movimento social e fragilizar a legitimidade do poder público estadual, destacando os desafios à integridade informacional em cenários de disputa simbólica.

Para tanto, a pesquisa mobiliza um *corpus* composto por mais de 335 notícias on-line, publicadas em veículos de grande circulação e mídias alternativas, articuladas a postagens no Instagram de portais jornalísticos, declarações de figuras públicas e conteúdos produzidos pelo próprio MST, que buscou contornar as *fake news* e desconstruir narrativas de criminalização. Esse conjunto de materiais permite analisar a circulação de narrativas em diferentes ambientes digitais, bem como as disputas de sentido estabelecidas entre comunicação hegemônica e comunicação popular.

Mediatização profunda, desinformação e comunicação popular

A pesquisa ancora-se na concepção de comunicação como processo constitutivo das relações sociais (França, 2016) e como tecido cultural que estrutura a vida coletiva (Sodré, 2014). A partir dessa perspectiva, a análise da desinformação exige compreender as mídias digitais (neste caso, mais precisamente o Instagram e os portais de notícias on-line) não apenas como canais de transmissão, mas como infraestruturas simbólicas e tecnológicas que atravessam e organizam práticas sociais.

Couldry e Hepp (2020) denominam esse fenômeno de mediatização profunda, no qual as mídias moldam a constituição da realidade social. Han (2022), por sua vez, alerta para a emergência de uma infocracia digital, regime em que algoritmos e plataformas regulam processos sociais e políticos, submetendo a comunicação a lógicas de controle invisíveis.

Além disso, Silva (2022) define a desinformação como processo sistemático de fabricação e disseminação de conteúdos manipulados, com efeitos políticos e geoestratégicos. Mendonça et al. (2023) reforçam essa perspectiva ao analisar as *fake news* como repertório contemporâneo de ação política, voltado a atacar adversários e fragilizar instituições. No caso analisado, o MST e o governo de Alagoas tornaram-se alvos preferenciais desse tipo de estratégia, com impactos na percepção pública sobre suas ações.

Nesse cenário, a comunicação popular assume papel estratégico no enfrentamento à desinformação. Para Peruzzo (2023, p. 25), trata-se de uma prática de resistência vinculada a

movimentos sociais, configurando-se como uma “contra comunicação, em relação aos padrões convencionais da grande mídia”. Mais do que meios alternativos, constitui uma práxis político-comunicacional de produção de sentidos e disputa simbólica, que, no contexto da midiaticização, tensiona narrativas hegemônicas.

Uma breve análise da CPI do MST

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na combinação entre análise documental e análise de conteúdo. A metodologia compreende a coleta manual de materiais por meio das ferramentas de busca do Google, do Instagram e dos próprios portais jornalísticos que mencionaram a CPI do MST e a diligência realizada em Alagoas, no período entre abril e outubro de 2023, correspondente à instalação, tramitação e encerramento da Comissão.

O corpus é composto por mais de 335 notícias on-line, provenientes de veículos de diferentes perfis editoriais, como CNN, Folha de S. Paulo, G1, Brasil de Fato, Cada Minuto, Tribuna Hoje e Diário do Poder. Esse conjunto foi articulado a postagens no Instagram de veículos de imprensa e de figuras públicas, bem como a conteúdos produzidos por mídias alternativas e canais institucionais do MST.

A seleção dos materiais seguiu critérios temáticos, considerando publicações com menção direta à CPI do MST em Alagoas, especialmente aquelas relacionadas às acusações de financiamento público ao movimento e suas repercussões. As publicações foram tratadas como unidades de análise e submetidas à categorização, permitindo identificar recorrências discursivas, categorias temáticas e estratégias narrativas associadas à criminalização simbólica do movimento, à moralização do debate público e às respostas produzidas no campo da comunicação popular.

A análise preliminar do episódio da CPI do MST em 2023 permite observar como narrativas distorcidas circularam com grande intensidade em diferentes meios. Manchetes como “Documentos revelam que dinheiro público financia MST em Alagoas” (Veja, 11 ago. 2023) e “CPI obtém provas de atos sem-terra bancados por governo, em Alagoas” (Diário do Poder, 11 ago. 2023) exemplificam a tentativa de vincular o movimento a práticas ilegítimas. Tais conteúdos foram amplamente disseminados também no Instagram, funcionando como dispositivos de atração de audiência e direcionamento para os portais.

Figuras públicas e parlamentares ampliaram esse discurso na mesma rede social, enquanto mídias alternativas, como o Brasil de Fato e a RENAP, denunciaram o caráter político da ofensiva e questionaram a veracidade das informações apresentadas. Nesse contexto, destaca-se o papel da comunicação digital do MST, que, por meio de suas páginas oficiais ([instagram.com/mstalagoas](https://www.instagram.com/mstalagoas) e mst.org.br) e de canais parceiros e militantes de canais parceiros e militantes (como [instagram.com/brasildefato](https://www.instagram.com/brasildefato), brasildefato.com.br, [instagram.com/deboranunesmst](https://www.instagram.com/deboranunesmst), [instagram.com/revistaforum](https://www.instagram.com/revistaforum) e revistaforum.com.br), reagiu às *fake news* com a produção de conteúdos voltados à contextualização dos fatos, à desconstrução das acusações e à reafirmação da legitimidade da luta pela terra.

O lançamento da campanha #TôComMST nas redes sociais evidencia essa estratégia de disputa da narrativa. A mobilização de apoiadores, artistas e parlamentares contribuiu para tensionar a narrativa criminalizante e produzir novas formas de visibilidade pública, destacando ações de solidariedade, produção agrícola e organização coletiva. Em lugar da narrativa de ameaça, o movimento apresentou a imagem de um sujeito coletivo produtivo, solidário e politicamente organizado.

Essa atuação demonstra como a comunicação popular opera, no contexto da mediatização, como estratégia de enfrentamento à desinformação, disputando sentidos no mesmo ambiente em que circulam narrativas de criminalização. O caso evidencia, assim, que a desinformação funciona como arma simbólica voltada à deslegitimação de atores coletivos, ao mesmo tempo em que revela possibilidades de resistência, ainda que marcadas por desigualdades estruturais de visibilidade e alcance.

Considerações finais

Por tratar-se de um estudo em andamento, os resultados ainda são parciais. Contudo, a análise preliminar permite identificar que a desinformação atua como estratégia de criminalização política e simbólica dos movimentos sociais e como instrumento de desgaste da imagem do poder público.

Espera-se, em etapas seguintes da pesquisa, através do uso de ferramentas de “social listening” para monitorar temas e encontrar posts automaticamente, aprofundar a análise dos conteúdos veiculados por diferentes atores e das estratégias digitais do MST, de modo a compreender como a comunicação popular pode responder a contextos de desinformação e quais limites enfrenta diante da mediatização profunda.

O estudo, assim, contribui para o debate sobre práticas comunicacionais em contextos de disputa simbólica, reforçando a importância da integridade da informação como eixo da democracia e da inclusão social.

Referências

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. A construção mediada da realidade. Porto Alegre: Unisinos, 2020.

FRANÇA, Vera V. V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Orgs.). Pesquisa em comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Revista Fronteiras, v.7, n.3, 2005.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

MACHADO, Jorge A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias. Sociologias, n.18, jul. 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. Dados, v.66, n.2, 2023.

PERUZZO, C. M. Krohling. *Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias*. Media & Jornalismo, 2023. Disponível em <<https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/12200/9281>>. Acesso em: 07 dez. 2025.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. A sociedade da desinformação. Logeion, v.9, n.1, p. 143-161, 2022.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.